



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO  
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA  
REGISTRADO(A) SOB Nº

37

**ACÓRDÃO**



\*03433785\*

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0000651-32.2006.8.26.0322, da Comarca de Lins, em que é apelante ERCIO TOMIO NAKAMA sendo apelados JOICE PROCOPIO DA SILVA (MENOR(ES) ASSISTIDO(S)), CLEITON PROCOPIO DA SILVA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)), CLAUDIO PROCOPIO DA SILVA FILHO (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)) e IZABEL DE SOUZA (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em 25ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores MARCONDES D'ANGELO (Presidente), ANTONIO BENEDITO RIBEIRO PINTO E VANDERCI ÁLVARES.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2011.

**MARCONDES D'ANGELO**  
PRESIDENTE E RELATOR

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**25ª CÂMARA – SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**  
**APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 990.10.328647-2**

**Comarca: Lins.**

**02ª Vara Cível.**

**Processo no. 322.01.2006.000651-1/000000-000.**

**Prolator: Juiz Antonio Aparecido Barbi.**

**Apelante: Ércio Tomio Nakama.**

**Apelados: Joice Procópio da Silva assistido por sua genitora e outros.**

**VOTO No. 21.536.**

**ACIDENTE DE TRANSITO -**  
**ATROPELAMENTO E MORTE DE**  
**CAVALEIRO EM ESTRADA VICINAL -**  
**INDENIZAÇÃO – DANOS MATERIAIS E**  
**MORAIS, MAIS PENSÃO MENSAL -**  
**CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL – MÉRITO**  
- Prova conclusiva indicando que o  
demandado, agindo com imprudência e  
negligência na condução de seu veículo,  
atropelou muar que seguia em pista vicinal e  
no sentido contrário de direção, causando a  
morte de seu cavaleiro - Prova da  
responsabilidade civil do requerido baseada  
exclusivamente na prova técnica produzida  
pela polícia científica e retratada em  
inquérito policial - Versão que deve  
prevalecer e que contraria versão isolada e  
inverossímil do demandado - Demonstrada a  
culpa exclusiva do requerido na causação do  
acidente que redundou na morte do  
cavaleiro, genitor e esposo dos demandantes,  
respectivamente - Pensão mensal e  
indenização por danos materiais e morais

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**25ª CÂMARA – SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**  
**APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 990.10.328647-2**

*devidas – Constituição de capital necessária para garantir o pagamento da pensão mensal – Verbas indenizatórias fixadas com cópias fixadas com critério respeitado os princípios da moderação e razoabilidade não comportam reparos - Procedência – Decisão mantida – Recurso não provido.*

*Vistos.*

*Cuida-se de ação de indenização movida por **JÓICE PROCÓPIO DA SILVA, CLEITON PROCÓPIO DA SILVA e CLÁUDIO PROCÓPIO DA SILVA FILHO**, menores e representados por sua genitora **IZABEL DE SOUZA** contra **ÉRCIO TOMIO NAKAMA**, sustentando os primeiros nomeados que, em 19 de fevereiro de 1997, o demandado conduzia seu veículo pela via vicinal Guaimbê/Júlio Mesquita, quando, na altura do quilômetro 01 da mencionada rodovia, agindo com negligência e imprudência, em velocidade incompatível com o local dos fatos, atropelou Cláudio Procópio da Silva, genitor e esposo respectivamente dos demandantes, causando-lhe morte instantânea. O demandado foi o causador e responsável pelo acidente, visto que, por razões desconhecidas, derivou seu conduzido à esquerda no sentido de marcha, atropelando com o terço direito da dianteira de seu veículo o animal que se encontrava sobre a semipista da esquerda do seu sentido de marcha. Por isso, pretende os autores a percepção de indenização por danos materiais e morais, além é claro de pensão mensal, despesas com funeral, tudo devidamente atualizado.*

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**25ª CÂMARA – SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**  
**APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 990.10.328647-2**

*Concedidos ao autor os benefícios  
da gratuidade processual (folha 51).*

*A respeitável sentença de folhas 316 usque 328, cujo relatório se adota, julgou procedente em parte a ação e condenou o requerido a pagar aos autores as seguintes verbas: pensão mensal desde a data do evento danoso até os menores completarem 18 ( dezoito ) anos de idade, e à autora IZABEL DE SOUZA enquanto mantiver a viuvez e até que o extinto completasse 65 ( sessenta e cinco ) anos de idade, no valor correspondente a 2/3 ( dois terços ) dos proventos líquidos percebidos à época pelo falecido genitor, como os reajustes nas mesmas épocas e pelos índices concedidos à categoria profissional a que pertencia, mais 13º salário, com juros de mora de 1% ( um por cento ) ao mês incidentes da data do fato; constituição de capital cuja renda assegure o cabal cumprimento da prestação mensal, nos moldes do artigo 475-Q do Código de Processo Civil ); indenização por dano moral no valor de R\$ 102.000,00, correspondente a 200 ( duzentos ) salários mínimos atuais ( Súmula no. 490 do Colendo Supremo Tribunal Federal ), que deverão ser reajustados às variações posteriores até o efetivo pagamento, com acréscimo de juros de mora de 1% ( um por cento ) ao mês devidos da data do fato até o efetivo pagamento ( Súmula no. 54 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça ). Condenou ainda o requerido a pagar honorários advocatícios de 15% ( quinze por cento ) do valor atualizado da condenação.*

*Inconformado, recorre o  
demandado ( folhas 331/337 ) alegando: o ilustre Delegado de  
Polícia enviou de ofício relatório detalhado do inquérito policial com  
a cópia do laudo pericial, diga-se inconclusivo, de no. 880/97, e seus  
anexos, ao Juízo da Comarca de Cafelândia, cujo relatório espelhou*

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**25ª CÂMARA – SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**  
**APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 990.10.328647-2**

*a verdade dos fatos; tanto é que a Excelentíssima Juíza homologou pedido de arquivamento feito pelo Ministério Público face a inexistência de dolo, e, sequer o demandado, ora recorrente, foi processado; a prova calcada em apenas elementos do inquérito policial não informam a responsabilidade do recorrente pelo acidente noticiado; ademais, somente após 09 ( nove ) após os acontecimentos os autores entenderam por bem ingressar com a presente ação, circunstância que chama a atenção do apelante; ademais, não verdadeiro o fato de que, no correr desse tempo, os autores não tiveram qualquer ajuda do recorrente; o certo é que o Meritíssimo Juiz sentenciante esteou sua decisão em laudo pericial inconclusivo e que nada prova; e mais ainda, a versão correta é aquela dada pelo ora apelante, ou seja, de que o animal trafegava pela esquerda do acostamento, considerando sentido de direção, e, ao se aproximar do veículo, o animal adentrou repentinamente a pista de rolamento da vicinal; na tentativa de evitar o impacto, o condutor do veículo, ora recorrente, instintivamente, derivou à esquerda invadindo a semipista de sua esquerda, quando foi seguido pelo animal que não foi dominado pelo cavaleiro, a vítima, resultando no embate atingindo o lado direito do veículo; é claro que, ante a lei da física, com o embate o cavaleiro seria arremessado próximo ao acostamento da esquerda considerando sentido Guaimbê/Julio Mesquita, e foi o que aconteceu; o laudo pericial é tão inconclusivo que chegou a detectar vestígio de patas do muar após o impacto entre o veículo e o animal, o que é verdadeiramente impossível; assim, pela análise da prova, a responsabilidade pelo evento foi da vítima, daí porque pede-se o acolhimento do apelo para julgar a ação improcedente em todos os seus termos.*

*Recurso tempestivo, bem processado, preparado ( folhas 332/333 ) e oportunamente respondido ( folhas 340/342 ), subiram os autos.*

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**25ª CÂMARA – SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**  
**APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 990.10.328647-2**

*A douta Procuradoria de Justiça opinou pelo provimento recursal, embora os fundamentos do parecer noticiam situação diversa (folhas 346/349).*

*Este é o relatório.*

*Inexistindo questões preliminares a serem apreciadas, passa-se à análise do mérito.*

*E, nesta quadra, considerando a ausência de testemunhas presenciais, vez que ouvidas no crivo do contraditório, presentes no local dos fatos após o ocorrido, José Domingues de Souza, Anildo Vieira Lins e Minoru Kaminaga, apenas puderam prestar auxílio ao demandado que ficou preso entre as ferragens de seu conduzido, e a vítima, infelizmente, já se via prostrada próxima ao local dos fatos como mostra as fotografias de folhas 43/45.*

*O demandado, a seu turno, ofereceu versão a respeito do episódio dizendo que trafegava com seu conduzido no sentido Guaimbê/Júlio Mesquita, em sua mão de direção e desenvolvendo velocidade de 60 ( sessenta ) quilômetros horários, a vítima cavalgava em sentido contrário, na contramão de direção, no acostamento. Em dado momento o animal ingressou na pista de rolamento por onde transitava, bem na frente de seu conduzido. Tentou desviar para evitar o atropelamento, mas a manobra foi em vão, pois mesmo buscando desviar à esquerda, tornou-se impossível evitar o choque que ocorreu praticamente no meio da pista.*

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**25ª CÂMARA – SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**  
**APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 990.10.328647-2**

*A frágil prova colacionada em Juízo é desprovida de informações seguras a respeito da efetiva responsabilidade dos envolvidos no evento.*

*Assim, razoável lançar mão da prova retratada no laudo científico da polícia civil, onde os peritos que estiveram no local dos fatos, após meticulosa análise do ocorrido e exame apurado dos vestígios deixados pelo impacto, as posições do corpo da vítima e do veículo acidentado, concluíram que:*

*“ Trafegava o auto de placas QJ – 1348, pela rodovia vicinal de ligação entre Guaimbê e Júlio Mesquita, quando por razões que fogem à perícia, à aproximadamente 2,0 km de Júlio Mesquita, seu condutor derivou à esquerda no sentido de marcha, atropelando com o terço direito da dianteira de seu veículo o animal que se encontrava sobre a semipista da esquerda do seu sentido de marcha.*

*Estabelecido o embate, o indivíduo que se encontrava sobre o animal, foi arremessado para a faixa de domínio e próximo ao acostamento, conforme ilustram as fotografias de números 4 e 5, enquanto o animal foi amarrado em uma cerca de arame nas proximidades e o veículo chocou-se com o terço anterior do flanco esquerdo contra a referida cerca de arame, onde imobilizou-se. “ (sic).*

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**25ª CÂMARA – SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**  
**APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 990.10.328647-2**

*A versão isolada do demandado se contrapõe àquela apurada pela perícia policial, que, por certo, merece maior credibilidade. Nela restou provado que a versão do requerido que a vítima cavalgava seu muar pelo acostamento da semipista em que conduzia seu automotor, no sentido Guaimbê/Júlio Mesquita, é inverossímil e vai de encontro com aquela conclusão técnica da perícia científica que, avaliando o sítio dos acontecimentos, em outras palavras, asseverou não ter sido encontrados vestígios no local indicado. E, ainda assim, se a vítima cavalgando com seu muar tivessem adentrado repentinamente até o centro da pista de rolamento, e levando em conta que com o impacto foram arremessados para a faixa de domínio do acostamento do lado esquerdo, observando ainda o sentido de direção já apontado, os danos no veículo do requerido não poderiam estar localizados no terço direito da dianteira, mas sim no terço esquerdo dianteiro.*

*E, se tal não bastasse, de modo a confirmar a responsabilidade do demandado pela causação do evento, as fotografias de folhas 34 e 35 demonstram que o acidente se deu no instante que a pista de rolamento apresenta uma reta plana que permite ampla e total visibilidade em longa distância, em horário de verão, com incidência da luz solar, o que permite, sem a menor dúvida, o condutor do veículo “ Kombi “ ver com tempo hábil a aproximação do muar com seu ocupante, o que lhe daria tempo suficiente para executar manobra com o intuito de evitar o atropelamento.*

*A situação fática indica que o demandado, distraído, aproximou perigosamente seu condução do muar da vítima, fazendo conversão à esquerda, atingindo-o e jogando-o para fora da pista de rolamento, já na faixa de domínio, causando o evento o morte no cavaleiro.*



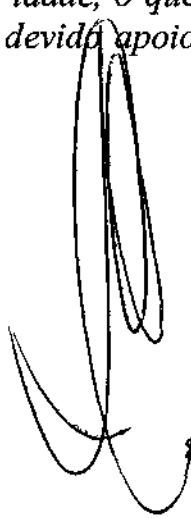
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**25ª CÂMARA – SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**  
**APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 990.10.328647-2**

*E, para arrematar, o fato da vítima cavalgar seu mular na semipista da esquerda, em que pese haja proibição expressa do Código Nacional de Trânsito, não afasta a responsabilidade do demandado, ora recorrente, porquanto se tivesse agido com cautela, principalmente no local onde ocorreu o embate, reduzindo a velocidade de seu veículo, por exemplo, assim como não tivesse invadido a semipista por onde seguia o cavaleiro, o drástico episódio que se tem em conta não teria ocorrido.*

*Sendo assim, admitido o nexo de causalidade entre a conduta culposa do requerido e a morte do cavaleiro Cláudio, a procedência da ação era mesmo de rigor.*

*As verbas condenatórias são devidas tal qual fixadas na respeitável sentença recorrida, não comportando o mínimo reparo.*

*A indenização por danos morais também foi estabelecida em valor correto, atento ao fato de que os menores autores perderam seu genitor ainda com tenra idade, o que lhes retirou a possibilidade de contar com ele e com o devido apoio paterno.*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**25ª CÂMARA – SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO**  
**APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 990.10.328647-2**

*Fica, pois, mantida na íntegra a bem lançada decisão monocrática atacada, por seus próprios e bem deduzidos fundamentos.*

*Ante o exposto* **NEGA-SE**  
**PROVIMENTO ao recurso, nos moldes desta decisão.**

**MARCONDES D'ANGELO**  
**DESEMBARGADOR RELATOR**